



**ACÓRDÃO Nº296/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1596/2014.**  
**Apenso:** Processo nº 3891/2013.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2013.
- 6- **Responsáveis:** Sras. Regina Fernandes do Nascimento e Maria das Graças Soares Prola.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**  
Parecer nº 3015/2017-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 2624/2631).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Secretaria de Estado de Assistência Social –  
SEAS. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Multas. Prazo. Alcance.  
Determinações.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas das **Sras. Regina Fernandes do Nascimento e Maria das Graças Soares Prola**, responsáveis pela Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS, no curso do exercício de 2013, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 11, III, "a" 3 e art. 188, § 1º, III, "c" do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2- **Aplicar multa** a **Sra. Regina Fernandes do Nascimento**, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos termos do art. 54, IV, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, do Regimento Interno do TCE/AM, pela não comprovação dos serviços contratados no 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2011, no exercício de 2013. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.
- 10.3- **Aplicar multa** a **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos termos do art. 54, IV, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, do Regimento Interno do TCE/AM, pela não comprovação dos



**ACÓRDÃO Nº 296/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

serviços contratados no 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2011, no exercício de 2013. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.

- 10.4- Considerar em Alcance** solidariamente, as **Sras. Regina Fernandes do Nascimento e Maria das Graças Soares Prola**, no valor de **R\$ 449.700,00** (quatrocentos e quarenta e nove mil reais) que deve ser recolhido na esfera Estadual pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos termos do art. 304, e parágrafo único, c/c o art. 306, I do Regimento Interno do TCE/AM, por não comprovação dos serviços contratados (locação de veículos) no 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2011, exercício de 2013;
- 10.5- Determinar** a Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS, na pessoa do atual gestor, que respeite o número de cargos criados pela Lei nº 3510/2010 e na Lei Delegada nº 68/2007;
- 10.6- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 03 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral